INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS DO AMAPÁ
CURSO SUPERIOR EM BACHARELADO EM ENGENHARIA FLORESTAL

FABRINA PIETRA RIBEIRO LOPES

ANÁLISE DE MICROS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGROEXTRATIVISMO NA COMUNIDADE DO BRAÇO NO VALE DO JARI

LARANJAL DO JARI

2025

FABRINA PIETRA RIBEIRO LOPES

ANÁLISE DE MICROS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGROEXTRATIVISMO NA COMUNIDADE DO BRAÇO NO VALE DO JARI[1]

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso superior de Bacharelado em Engenharia Florestal, como requisito avaliativo para obtenção do Título de Bacharel em Engenharia Florestal.
Orientadora: Profa. Dra. Nubia Deborah Araújo Caramello
Coorientadora: Profa. Dra. Bruna Duque Guirardi

LARANJAL DO JARI

2025

[1] Este material foi submetido para avaliação e publicação em formato de artigo em revista científica.

Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L127a Lopes, Fabrina Pietra Ribeiro
Análise de micros cadeias produtivas do agroextrativismo na comunidade do Braço no Vale do Jari / Fabrina Pietra Ribeiro Lopes - Laranjal do Jari, 2025.
39 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari, Bacharelado em Engenharia Florestal, 2025.

Orientadora: Dra. Nubia Deborah Araújo Caramello.
Coorientadora: Dra. Bruna Duque Guirardi.

1. Bioeconomia. 2. Comunidade tradicional. 3. Vale do Jari. I. Caramello, Dra. Nubia Deborah Araújo, orient. II. Guirardi, Dra. Bruna Duque, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FABRINA PIETRA RIBEIRO LOPES

ANÁLISE DE MICROS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGROEXTRATIVISMO NA COMUNIDADE DO BRAÇO NO VALE DO JARI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso superior de Bacharelado em Engenharia Florestal, como requisito avaliativo para obtenção do Título de Bacharel em Engenharia Florestal.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
BRUNA DUQUE GUIRARDI
Data: 05/12/2025 11:10:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Coorientadora: Profa. Dra. Bruna Duque Guirardi
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - Campus Laranjal do Jari

Documento assinado digitalmente
gov.br
JULIANA EVELINE DOS SANTOS FARIAS
Data: 08/12/2025 13:20:28-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Examinador (a): Profa. Ma. Juliana Eveline dos Santos Farias
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - Campus Macapá

Documento assinado digitalmente
gov.br
IRENE CARNIATTO DE OLIVEIRA
Data: 09/12/2025 01:33:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Examinador (a): Profa. Dra. Irene Carniatto de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Assinado por: **Tiago Neiva Mesquita**
Num. de Identificação: 30130286
Data: 2025.12.09 14:57:45+00'00'

Examinador (a): Prof. Me. Tiago Neiva Mesquita
Universidade de Coimbra

Apresentado: 04/12/2025

Nota: 10

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, fonte de toda inspiração e força, por guiar meus passos e iluminar meu caminho ao longo desta jornada.

Aos meus amados pais, Jorge e Francy, a quem devo tudo o que sou. Vocês são o meu alicerce e a minha inspiração. Sou eternamente grata por cada sacrifício, pelo amor incondicional e por nunca, nem por um segundo, duvidarem do meu potencial. Vocês não apenas me deram a vida, mas me ensinaram a sonhar e me deram força para realizar. Amo vocês com toda a minha alma.

Aos meus irmãos, Érick e Ben. Não existem palavras que consigam expressar o tamanho da minha gratidão pela companhia, pelo incentivo e por cada risada que compartilhamos. Ser a irmã mais velha de vocês não é apenas uma parte da minha vida, é a essência de quem eu sou. Eu os amo infinitamente.

Minha profunda gratidão às minhas orientadoras, Dra. Nubia Caramello e Dra. Bruna Guirardi, pelo apoio, paciência, dedicação e por compartilharem seu vasto conhecimento, que foi crucial para a concretização deste projeto.

Ao Instituto Federal do Amapá, expresso meu reconhecimento pela estrutura, pelos recursos e pelo ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e à pesquisa, que foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço à minha turma e toda a equipe de pesquisadores, em especial aos meus colegas Emilly de Matos, Maycon Barbosa e Rafael Monteiro, agradeço imensamente pela colaboração e pelo empenho dedicado na pesquisa de campo, que foi imprescindível para os resultados aqui apresentados. A contribuição de cada um foi de valor inestimável. Estendo minha gratidão aos meus amigos Ingrid Glória e Maycon Silva, que foram minhas duplas fiéis em trabalhos acadêmicos ao longo de todos esses anos de faculdade, e cujo apoio foi fundamental.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização deste trabalho, expresso minha mais profunda gratidão.

RESUMO

Este estudo mapeou e analisou as micros cadeias produtivas implantadas através do agroextrativismo na Comunidade do Braço (Almeirim-PA), identificando os desafios e propondo melhorias para o desenvolvimento sustentável local. Na metodologia utilizou-se uma pesquisa exploratória descritiva com uso de técnica de obtenção de dados mista, com 55 famílias, por meio de entrevistas e oficinas. Os resultados indicaram que os agricultores, com baixa escolaridade e alta estabilidade residencial, dependem primariamente da aposentadoria, sendo o agroextrativismo (25,5%) uma atividade complementar essencial, motivada pela subsistência. A comercialização é predominantemente individual, via atravessadores, resultando em baixa adesão a cooperativas e renda modesta e sazonal. Os principais desafios incluem a carência de infraestrutura para escoamento, a ausência de apoio governamental e a necessidade de assistência técnica qualificada. Concluiu-se que o fortalecimento do agroextrativismo local exige uma intervenção coordenada, sendo fundamental o apoio governamental, a organização comunitária e a superação dos desafios de infraestrutura e gestão. A assistência técnica é essencial para aprimorar a gestão das micros cadeias, facilitar o acesso a mercados mais justos e promover a sustentabilidade, contribuindo para o empoderamento produtivo da comunidade.

Palavras-chave: bioeconomia; comunidade tradicional; Vale do Jari; Amazônia +10.

ABSTRACT

This study mapped and analyzed the micro-production chains of agroextractivism in the community of Braço (Almeirim-PA), identifying challenges and proposing improvements for local sustainable development. The methodology was a mixed survey with 55 families using interviews and workshops. The results indicated that farmers, with low education and high residential stability, depend primarily on retirement, with agroextractivism (25.5%) being an essential complementary activity, motivated by subsistence. Marketing is predominantly individual, via intermediaries, resulting in low adherence to cooperatives and modest and seasonal income. The main challenges include the lack of infrastructure for flow, the absence of government support and the need for qualified technical assistance. It was concluded that the strengthening of local agroextractivism requires a coordinated intervention, being fundamental government support, community organization and overcoming infrastructure and management challenges. Technical assistance is essential to improve the management of micro chains, facilitate access to fairer markets and promote sustainability, contributing to the productive empowerment of the community.

Keywords: bioeconomy; traditional community; Vale do Jari; Amazon +10.

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	7
2	**OBJETIVOS**	8
2.1	**Objetivo geral**	8
2.1	**Objetivos específicos**	8
3	**REFERENCIAL TEÓRICO**	9
3.1	**Fundamentos teóricos da cadeia produtiva e da microescala**	9
3.2	**O agroextrativismo e a sociobiodiversidade**	10
3.3	**Comunidades e a organização das micros cadeias**	12
3.4	**Políticas públicas e o fortalecimento das micros cadeias**	13
4	**METODOLOGIA**	15
4.1	**Área de estudo**	15
4.2	**Coleta de dados**	16
4.3	**Análise de dados**	17
5	**RESULTADOS E DISCUSSÕES**	17
5.1	**Perfil dos agricultores**	18
5.2	**Micros cadeias produtivas do agroextrativismo**	20
5.3	**Fatores determinantes para a adoção de práticas agrícolas**	25
5.4	**Formas de produção e comercialização**	26
5.5	**Renda gerada e impacto econômico**	28
5.6	**Obstáculos identificados**	29
5.7	**Propostas para aprimoramento**	30
6	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	32
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

O extrativismo, entendido como a extração de recursos naturais de origem vegetal, animal ou mineral, sempre desempenhou um papel significativo no desenvolvimento econômico do Brasil. Historicamente, essa atividade estimulou ciclos notáveis, como os do pau-brasil, do ouro e da borracha, que contribuíram significativamente para a conformação da economia nacional (Bispo; Diniz, 2014; Rueda, 1995). Ao longo do tempo, essa prática se reconfigurou, especialmente quando associada à agricultura familiar, originando o conceito de agroextrativismo.

O extrativismo e o agroextrativismo são componentes fundamentais da bioeconomia florestal brasileira. Segundo o Serviço Florestal Brasileiro (2022), o Brasil apresenta a segunda maior área de florestas do mundo, com 58% do seu território coberto por florestas naturais e plantadas, abrigando mais de 20% do número total de espécies de todo o planeta. Nesse contexto, a bioeconomia relacionada aos produtos florestais não madeireiros teve um importante crescimento nos últimos anos, movimentando mais de 15 bilhões de reais em uma década. Conforme destacado pelo Serviço Florestal Brasileiro (2022, p. 9), "promover a bioeconomia da floresta é fundamental tanto para o desenvolvimento socioeconômico no país quanto para a conservação das florestas brasileiras".

Segundo Afonso (2012), o agroextrativismo representa a combinação entre atividades agrícolas e extrativistas, ambas desenvolvidas em contextos rurais. Essa integração tem se mostrado estratégica, sobretudo em regiões como a Amazônia, onde contribui simultaneamente para a geração de renda e para a conservação ambiental. Nesses territórios, o agroextrativismo valoriza os saberes tradicionais, promovendo o uso sustentável dos recursos naturais. Gusmão (2019) observa que que também há desafios, no âmbito da agricultura familiar, os principais entraves à comercialização incluem obstáculos logísticos, desorganização das iniciativas, ausência de pagamento imediato e exigências como padronização, certificação e produção em larga escala. Diante disso, os mercados locais e os circuitos curtos de comercialização surgem como alternativas promissoras, uma vez que valorizam atributos específicos como identidade cultural, vínculos familiares e hábitos alimentares regionais, agregando valor aos produtos e fortalecendo a competitividade frente aos grandes grupos do setor agroalimentar.

A comunidade do Braço, situada no município de Almeirim, estado do Pará, representa um exemplo concreto dessa realidade. Inserida no Vale do Jari, área de expressiva

biodiversidade e marcada pela presença de comunidades extrativistas, essa localidade enfrenta desafios socioeconômicos e ambientais comuns da Amazônia rural. Para que o agroextrativismo se consolide como uma das principais fontes de renda local, torna-se indispensável superar obstáculos relacionados à infraestrutura, comercialização e ausência de apoio institucional.

As atividades agroextrativistas desempenham um papel crucial não apenas na economia local, mas também na conservação ambiental. De acordo com Serviço Florestal Brasileiro (2022), a produção florestal não madeireira requer florestas conservadas que, quando devidamente manejadas, mantêm funções essenciais como sequestro de carbono, regulação do ciclo hidrológico e controle de erosões. Dessa forma, "a atividade incentiva à conservação e até mesmo à recuperação florestal" (Serviço Florestal Brasileiro, 2022, p. 16), contribuindo diretamente para a mitigação dos processos de mudança climática.

Diante desse panorama, este trabalho tem como objetivo analisar as micros cadeias produtivas do agroextrativismo na comunidade do Braço, identificando os principais desafios enfrentados e propondo estratégias para aprimorar sua organização, gestão e inserção em mercados em distintas escalas espaciais. Com isso, busca-se contribuir para o fortalecimento dessas cadeias e para a promoção do desenvolvimento sustentável na região.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar as micros cadeias produtivas do agroextrativismo na comunidade do Braço, no Vale do Jari, visando propor estratégias para seu fortalecimento e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar os fatores determinantes para a escolha das práticas e produtos do agroextrativismo na Comunidade do Braço no Vale do Jari;
- Analisar os desafios enfrentados na gestão das cadeias produtivas: da produção à comercialização;

- Propor estratégias para a organização e fortalecimento das cadeias produtivas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Fundamentos teóricos da cadeia produtiva e da microescala

As cadeias produtivas representam uma abordagem essencial para compreender o conjunto de atividades interligadas que resultam em um produto final, desde a extração das matérias-primas até sua distribuição ao consumidor. Segundo Porter (1985), a cadeia de valor permite identificar pontos críticos e oportunidades de vantagem competitiva ao longo do processo produtivo. Esse arcabouço teórico é importante não apenas para a indústria convencional, mas também para sistemas produtivos de pequena escala, como aqueles encontrados em comunidades rurais e agroextrativistas.

No Brasil, a análise de cadeias produtivas foi incorporada aos estudos rurais como método para compreender relações econômicas, logísticas e sociais que influenciam o desempenho dos pequenos produtores. Batalha e Silva (2007) afirmam que a abordagem é útil para mapear gargalos tecnológicos, ineficiências na comercialização e assimetrias de poder entre agentes, especialmente em contextos onde predominam estruturas informais de produção. Assim, o conceito amplia o entendimento do território como espaço de fluxo econômico.

A microescala surge como uma dimensão fundamental dentro do estudo das cadeias produtivas, particularmente em áreas onde predominam arranjos produtivos comunitários e atividades tradicionais. Para Schmitz (1995), as micros cadeias produtivas se caracterizam por baixa complexidade estrutural, forte dependência de recursos locais e intensa participação de trabalhadores familiares. Contudo, essas cadeias apresentam elevado potencial de geração de renda quando recebem apoio institucional adequado.

A lógica das micros cadeias se torna ainda mais relevante em ambientes como a Amazônia, onde a produção é dispersa, dependente da floresta e marcada por sazonalidade. O estudo de Denny, Martins e Burnquist (2022) aponta que, em territórios amazônicos, a microescala é a base para a organização socioeconômica, sobretudo na castanha-do-Brasil, no açaí, no babaçu e nos óleos vegetais. Nessas cadeias, o trabalho de coleta e beneficiamento é majoritariamente comunitário.

Do ponto de vista metodológico, a análise de cadeias produtivas pode incluir ferramentas como análise de stakeholders, fluxogramas produtivos, avaliação de margens de valor agregado e mapeamento de custos. A FAO (2017) destaca que metodologias participativas são as mais eficazes para cadeias de base comunitária, pois integram conhecimentos locais, percepção dos produtores e elementos culturais invisíveis às abordagens tradicionais de mercado. Isso é essencial para garantir diagnósticos mais precisos.

A definição de micros cadeias também leva em conta fatores como número de participantes, volume de produção e nível de capitalização. A literatura ressalta que, nessas cadeias, a informalidade predomina e há forte interdependência entre os agentes, o que pode fortalecer os laços comunitários, mas também limitar o acesso a mercados estruturados (Triches; Schneider, 2010). A compreensão dessas particularidades é crucial para a elaboração de políticas públicas adequadas.

Outro aspecto-chave é o papel do conhecimento tradicional dentro das micros cadeias produtivas. Em diversos casos, a coleta, manejo e beneficiamento são guiados por saberes ancestrais, transmitidos oralmente e adaptados ao longo do tempo. Berkes (2012) destaca que esse conhecimento não é apenas um recurso cultural, mas também um mecanismo de gestão ambiental. Nas micros cadeias amazônicas, esse saber atua como base organizacional e produtiva.

Em síntese, a análise das cadeias produtivas na microescala permite compreender os mecanismos que orientam a geração de valor, a relação entre agentes e os desafios estruturais enfrentados por comunidades rurais e agroextrativistas. Ao reconhecer as especificidades territoriais e culturais, esse enfoque possibilita a construção de estratégias de desenvolvimento mais inclusivas, sustentáveis e alinhadas às necessidades locais, como sugerem Porter (1985), Batalha e Silva (2007) e organismos internacionais como a FAO (2017).

3.2 O agroextrativismo e a sociobiodiversidade

O agroextrativismo representa um modelo de produção que integra práticas agrícolas de baixo impacto com o extrativismo sustentável de recursos florestais. Essa abordagem se consolidou como estratégia de uso da terra nas regiões amazônicas e é considerada uma alternativa socioeconômica que preserva os ecossistemas enquanto gera renda para milhares de

famílias. Diegues (2008) sublinha que o agroextrativismo é marcado pela convivência histórica entre comunidades tradicionais e os ciclos da natureza.

No Brasil, o agroextrativismo ganhou relevância política e acadêmica a partir dos anos 1990, quando movimentos sociais, como os extrativistas liderados por Chico Mendes, reivindicaram modelos de produção sustentáveis. Estudos de Porro (2019) indicam que esse tipo de atividade valoriza o território, o conhecimento tradicional e a conservação florestal. Hoje, o agroextrativismo é reconhecido como parte fundamental da economia da sociobiodiversidade.

A demanda crescente por produtos naturais, orgânicos e rastreáveis fortalece ainda mais o papel do agroextrativismo. De acordo com Araújo *et al*. (2025), mostram que produtos como castanha-do-Brasil, açaí e óleos essenciais têm valorização crescente em mercados nacionais e internacionais. Isso se deve tanto ao apelo ambiental quanto às propriedades nutricionais e medicinais desses recursos.

O valor agregado nos produtos da sociobiodiversidade depende diretamente do nível de beneficiamento realizado localmente. Em muitas comunidades amazônicas, o processamento primário como secagem, seleção ou trituração, já representa aumento significativo da renda. O estudo de Wadt *et al*. (2023) demonstra que comunidades que beneficiam castanha-do-Brasil in loco conseguem aumentar em até 35% sua margem de lucro.

Além do aspecto econômico, o agroextrativismo contribui para manter a floresta em pé, reduzindo pressões por desmatamento e atividades predatórias. Nepstad *et al*. (2014), afirmam que sistemas de uso sustentável, como o extrativismo, são fundamentais para o equilíbrio climático e a manutenção da biodiversidade amazônica. Isso reforça seu papel estratégico nas políticas ambientais.

O agroextrativismo também é reconhecido como estratégia de desenvolvimento sustentável por integrar dimensões sociais, econômicas e ambientais. Sachs (2015) destaca que modelos produtivos baseados na sociobiodiversidade promovem inclusão social, valorização cultural e desenvolvimento territorial, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Brasil, especialmente na Amazônia Legal, possui um dos maiores potenciais mundiais nesse setor.

O conhecimento tradicional é elemento central no manejo dos recursos agroextrativistas. Berkes (2012) enfatiza que práticas de coleta, sazonalidade e conservação são transmitidas entre

gerações e formam sistemas complexos de conhecimento ecológico local. Sem esse saber, cadeias extrativistas perderiam sua base de sustentabilidade e eficiência.

Por fim, o agroextrativismo assume crescente importância nas estratégias de adaptação às mudanças climáticas, pois envolve técnicas que preservam a resiliência dos ecossistemas. Assim, a sociobiodiversidade não é apenas um recurso econômico, mas também um mecanismo de proteção ambiental e de fortalecimento comunitário.

3.3 Comunidades e a organização das micros cadeias

As comunidades tradicionais e agroextrativistas são grupos sociais que mantêm forte relação com o território, preservando conhecimentos, práticas e modos de vida adaptados ao ambiente. Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), essas comunidades incluem ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, povos indígenas e agricultores familiares. Seu papel é central na manutenção da sociobiodiversidade (Brasil, 2007).

A organização social dessas comunidades é marcada pela cooperação, reciprocidade e trabalho familiar. O estudo de Sakamoto, Nascimento e Maia (2016) mostra que a economia doméstica nas comunidades amazônicas se estrutura em torno da partilha de responsabilidades e da solidariedade. Esses elementos influenciam diretamente a forma como as micros cadeias produtivas se organizam.

A cooperação entre famílias e grupos é fundamental para o funcionamento das atividades extrativistas, especialmente devido à sazonalidade e às exigências de manejo dos recursos. Adams, Murrieta e Neves (2006) observam que o trabalho coletivo é prática comum em comunidades amazônicas, permitindo maior eficiência e segurança nas etapas de coleta, transporte e beneficiamento.

Associações e cooperativas desempenham papel estratégico na organização das micros cadeias. Elas viabilizam acesso a políticas públicas, possibilitam compras coletivas, agregam valor por meio do beneficiamento conjunto e facilitam a comercialização. Segundo estudo de Mariosa *et al*. (2024), cooperativas extrativistas conseguem aumentar a renda de seus membros em até 50% quando conseguem estruturar processos estáveis de produção e venda.

Apesar da cooperação, as comunidades enfrentam desafios significativos na gestão de suas micros cadeias, como baixa formalização, ausência de capital de giro, custos logísticos

elevados e dificuldade de acessar mercados institucionais ou privados. O estudo de Wesz Junior, Benavides e Kato (2024) aponta que a logística é um dos principais entraves, especialmente em locais de difícil acesso.

Outro desafio recorrente é a falta de regularidade da produção, influenciada por fatores climáticos, florestais e de mercado. Em cadeias como a do açaí e da castanha-do-Brasil, oscilações sazonais podem comprometer contratos comerciais. Estudos mostram que a variabilidade natural dos recursos extrativistas exige planejamento aprimorado e acesso a armazenamento adequado (IDESAM, 2024).

A governança das micros cadeias também é impactada por assimetrias de poder entre atravessadores, indústrias e comunidades. Lopes, Basso e Brum (2019) explicam que intermediários dominam grande parte do comércio rural no Brasil, o que reduz a margem de lucro dos produtores. A falta de informação de mercado reforça essas desigualdades.

Mesmo diante dos desafios, as comunidades apresentam grande potencial de empoderamento produtivo quando recebem assistência técnica apropriada, formação em gestão e acesso a tecnologias. O Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM, 2024) destaca casos de sucesso em que comunidades estruturaram micros cadeias competitivas por meio de boas práticas de manejo, certificações e processamento local.

Assim, a organização comunitária é elemento vital para o fortalecimento das micros cadeias produtivas. A cooperação, o conhecimento tradicional e a capacidade de adaptação são recursos essenciais que, quando combinados a políticas públicas adequadas, permitem que essas comunidades ampliem sua autonomia, renda e participação em mercados sustentáveis.

3.4 Políticas públicas e o fortalecimento das micros cadeias

As políticas públicas desempenham papel fundamental no fortalecimento do agroextrativismo e das micros cadeias produtivas. No Brasil, diversos instrumentos foram criados para fomentar essas atividades, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional da Sociobiodiversidade, que incluem instrumentos como o Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNBSB) e Programa de Valorização da Sociobiodiversidade e do Extrativismo (Sociobio Mais). Segundo Cruz *et al*. (2021), esses programas são essenciais para garantir mercado institucional e remuneração justa aos produtores.

O PAA, criado em 2003, tornou-se uma política estratégica para comunidades agroextrativistas, pois permite a venda de produtos diretamente ao governo sem intermediários. Perin *et al*. (2022) mostram que o programa contribuiu para aumentar a renda e incentivar o beneficiamento local. Como política anticíclica, o PAA estabiliza economias vulneráveis.

Outro instrumento importante é o PNAE, que reserva pelo menos 30% dos recursos para compra de produtos da agricultura familiar. Para Triches e Silvestri (2018), esse programa incentiva cadeias curtas de comercialização, promove alimentos frescos e estimula a produção local. Na Amazônia, o PNAE é um dos maiores compradores de frutas da sociobiodiversidade.

A assistência técnica e extensão rural (ATER) é um dos pilares para o fortalecimento produtivo nas comunidades. Segundo Delgrossi *et al*. (2024), a ATER qualificada aumenta produtividade, reduz perdas e melhora o acesso a mercados. No Brasil, entidades como Embrapa, Emater e universidades desempenham esse papel, embora ainda existam lacunas significativas de cobertura (Delgrossi *et al*., 2024).

As políticas de crédito e financiamento também exercem impacto direto na capacidade organizativa das micros cadeias. O Pronaf Sociobiodiversidade, por exemplo, oferece linhas específicas de crédito para produtores extrativistas. De acordo com o Aquino, Gazolla e Schneider (2021), comunidades que acessam financiamento conseguem investir em infraestrutura básica, como casas de farinha, galpões de beneficiamento e máquinas.

Outro eixo importante é a certificação socioambiental, que agrega valor aos produtos da sociobiodiversidade e garante acesso a mercados diferenciados. Certificações como FSC, orgânico e comércio justo têm sido amplamente utilizadas por cooperativas amazônicas. Froehlich, Dalfovo e Carvalho (2023) destacam que certificações aumentam a confiança do consumidor e elevam os preços pagos ao produtor.

Para além das políticas de mercado, programas de formação e empoderamento comunitário são essenciais para fortalecer o papel dos produtores nas cadeias produtivas. Estudos de Piraux e Caniello (2019) indicam que a capacitação em gestão, liderança e governança melhora o desempenho coletivo, reduz conflitos e amplia a autonomia das comunidades.

No contexto da sociobiodiversidade, políticas de gestão territorial e ambiental também são determinantes. A criação de Reservas Extrativistas (RESEX) e outras unidades de uso sustentável possibilita segurança jurídica e proteção dos modos de vida tradicionais. Navas *et*

al. (2014) apontam que territórios protegidos apresentam maior estabilidade produtiva e capacidade de gestão dos recursos naturais.

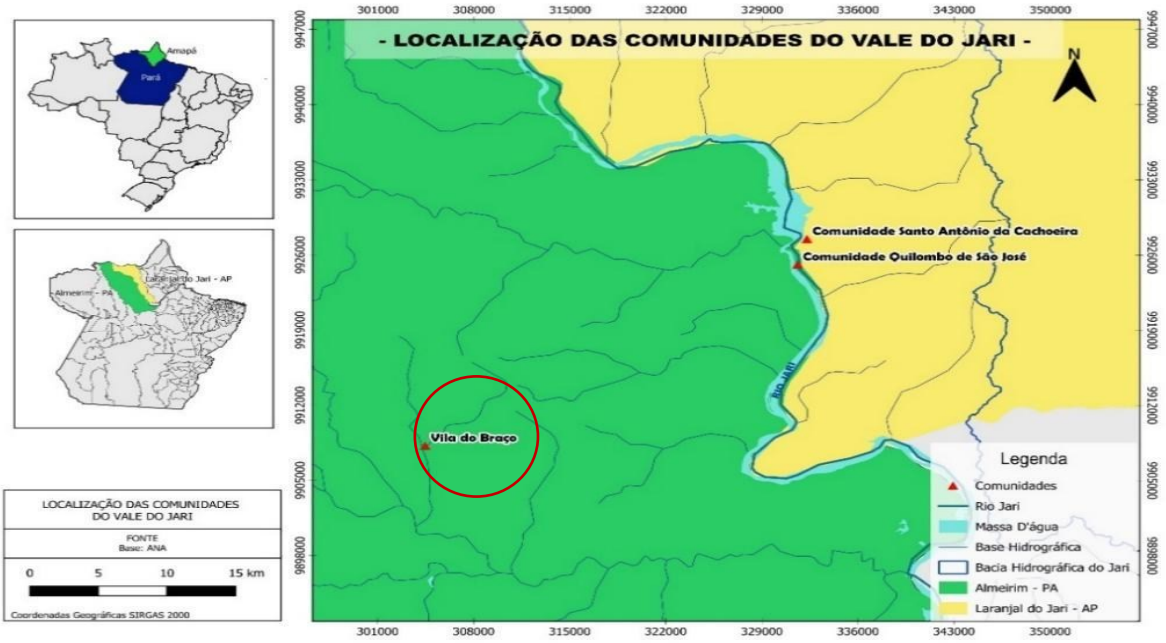
Em síntese, o fortalecimento das micros cadeias depende de um conjunto integrado de políticas públicas que incluam mercado institucional, financiamento, assistência técnica, certificação e segurança territorial. Quando bem articuladas, essas ações potencializam o empoderamento produtivo das comunidades e garantem que os recursos da sociobiodiversidade se transformem em desenvolvimento sustentável, renda e qualidade de vida para as populações tradicionais.

4 METODOLOGIA

4.1 Área de estudo

A presente pesquisa foi realizada na comunidade do Braço, localizada no distrito de Monte Dourado, pertencente ao município de Almeirim, no estado do Pará (Figura 1). A área estudada situa-se a aproximadamente 30,1 km de uma via não pavimentada que dá acesso ao distrito, o que evidencia um grau de isolamento geográfico e dificuldades logísticas para a circulação de pessoas e produtos.

Figura 1 - Mapa de localização da comunidade do Braço



Fonte: elaborado pelos autores - integra banco de dados do projeto desafios e possibilidades para a sustentabilidade e permanência local a partir da agenda 2030 (2025)

A região é caracterizada por clima equatorial, com temperaturas elevadas e alta umidade durante todo o ano. A média anual de temperatura é de 26,4 °C, revelando as condições tipicamente tropicais da área. Além disso, o regime pluviométrico é elevado, com índices que variam entre 1.998,2 mm e 2.347,7 mm ao longo da estação chuvosa, que se estende de janeiro a junho (Gomes Sobrinho *et al*., 2012). A geografia regional é marcada pela presença do Rio Jari, que atua como divisa natural a oeste entre os estados do Pará e do Amapá. Segundo a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (2025), a bacia hidrográfica do rio Jari possui aproximadamente 57.000 km², dos quais 54% estão situados no território amapaense, abrangendo os municípios de Almeirim (PA), Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Mazagão (AP). Essa configuração territorial reforça a importância estratégica da região tanto do ponto de vista ambiental quanto socioeconômico, dada a interdependência entre os municípios banhados por esse curso d'água.

4.2 Coleta de dados

Para o alcance do objetivo proposto neste trabalho, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e de uma oficina participativa com os moradores, tendo

como foco a análise das micros cadeias produtivas do agroextrativismo local, foi realizada nos dias 15, 16 e 23 de março de 2025, com um grupo de 55 famílias. O instrumento utilizado, contemplou dimensões qualitativas e quantitativas, possibilitando uma compreensão abrangente das dinâmicas socioeconômicas e produtivas da região. A pesquisa está integrada a Iniciativa Amazônia +10 em conformidade com o parecer do Comitê de Ética nº 6.189.379 do Estado do Amapá e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável e o ODS 20 – Direitos dos Povos Originários e das Comunidades Tradicionais. A estratégia metodológica adotada foi mista, integrando abordagens qualitativas e quantitativas, o que permitiu tanto a generalização de resultados quanto o aprofundamento da análise dos dados. Conforme argumenta Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007), essa integração amplia a capacidade de interpretação e validação dos achados, conferindo maior vigor à pesquisa.

4.3 Análise de dados

A análise dos dados foi realizada por meio do método de análise de discurso (Bardin, 2020) para as perguntas abertas, enquanto as questões fechadas foram tratadas com a utilização da estatística descritiva, sem perder de vista a percepção dos moradores participantes da pesquisa. De antemão, os dados foram armazenados em planilhas eletrônicas, por meio do aplicativo google planilhas, no qual constrói gráficos que facilitam a visualização dos resultados da pesquisa. E possibilitou a construção de um banco de armazenamento dos dados coletados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A organização das categorias apresentadas nesta seção foi conduzida com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2020), metodologia que orientou o tratamento das respostas qualitativas provenientes das entrevistas e da oficina participativa realizadas com os moradores da comunidade do Braço. A aplicação desse método permitiu decompor o corpus em unidades de registro e de contexto, favorecendo a identificação de regularidades, sentidos compartilhados e temas recorrentes que refletem a dinâmica das micros cadeias produtivas locais. Partindo das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação, emergiram as categorias que estruturam os resultados deste estudo, como demonstra o quadro

1, garantindo rigor metodológico e fidelidade ao discurso dos participantes. Essa abordagem tornou possível transformar relatos individuais em eixos temáticos consistentes, assegurando que as análises apresentadas nesta seção representem adequadamente as percepções coletivas da comunidade.

Quadro 1 - Categorias de Análise de Conteúdo (Bardin, 2020)

NUMERAÇÃO	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FALA DOS ENTREVISTADOS
5.1	Perfil dos agricultores	Escolaridade	"Larguei os estudos para ajudar em casa."
		Estabilidade residencial	"Resido nessa comunidade desde 1944."
5.2	Micros cadeias produtivas do agroextrativismo	Prática agrícola	"Eu planto há mais de 16 anos."
		Produtos Cultivados	"Costumo plantar de tudo, banana, cupuaçu..."
5.3	Fatores determinantes para a adoção de práticas agrícolas	Necessidade econômica	"Era uma forma de conseguir renda."
		Subsistência e consumo próprio	"Comecei a plantar por necessidade, não tinha o que comer."
		Tradição familiar	"Aprendi com os meus pais."
5.4	Formas de produção e comercialização	Organização do trabalho	"Meus filhos e sobrinhos me ajudam na plantação."
		Canais de comercialização	"Vendo para os atravessadores locais"
5.5	Renda gerada e impacto econômico	Variabilidade da renda	"Ganho uns 200 reais por mês."
5.6	Obstáculos identificados	Manejo	"Ajuda no combate de pragas e distribuição de sementes"
		Logística e infraestrutura	"Melhorar a infraestrutura da estrada."
5.7	Propostas para aprimoramento	Apoio governamental	"Falta o governo ajudar, para esse mercado se fortalecer na comunidade."

Fonte: elaborado pelos autores (2025)

5.1 Perfil dos agricultores

A amostra da pesquisa revelou uma distribuição de gênero equilibrada, composta por 52,73% de participantes masculinos e 47,27% femininos. Por sua vez, passando para a análise

de escolaridade, nota-se um predomínio de baixo nível educacional, visto que 65,45% dos entrevistados possuem no máximo o Ensino Fundamental (40% incompleto e 25,45% completo). Apenas 14,55% concluíram o Ensino Médio e 3,64% alcançaram o nível superior (incluindo incompleto e especialização). Adicionalmente, 5,45% nunca frequentaram a escola.

Este cenário de baixa qualificação é recorrente em diversas comunidades rurais brasileiras. Chagas *et al*. (2023), ao estudarem produtores rurais em Canaã dos Carajás (PA), encontraram um quadro similar, com 47,62% possuindo ensino fundamental incompleto e apenas 9,52% com ensino superior completo. Conforme Silva e Malaquias (2020), o nível de escolaridade e o acesso à informação são aspectos essenciais para o desenvolvimento da atividade rural, influenciando diretamente o gerenciamento das propriedades e facilitando a adoção de novos conhecimentos, o que pode resultar em maior rendimento. A baixa escolaridade, como apontado por Chagas *et al*. (2023) em sua análise de dados, também pode estar associada à renda, dificultando a permanência dos jovens na escola em famílias de baixo poder aquisitivo.

Além do perfil educacional, outro aspecto relevante é a alta estabilidade residencial, com 83,6% dos entrevistados morando na comunidade há mais de 20 anos. A faixa de 36 a 40 anos de residência é a mais comum (20%), seguida pelas de 26-30 e 41-45 anos (12,7% cada), enquanto apenas 16,3% residem há menos de duas décadas. O forte enraizamento histórico é validado pelos 7,2% de moradores com mais de 70 anos de vivência local, sendo também relatado através de um cronograma histórico no qual identificou que o primeiro morador chegou em 1932. Essa longa permanência, observada também por Chagas *et al*. (2023) em sua área de estudo (onde 40,48% residiam há mais de 30 anos), pode indicar fortes laços comunitários, mas também pode estar associada a um contexto de pouca mobilidade e, por vezes, êxodo rural de gerações mais jovens em busca de oportunidades. Chagas *et al*. (2023) discutem esse fenômeno com base em estudos anteriores da sociologia rural.

No que diz respeito à subsistência, a aposentadoria é a principal fonte de renda familiar (40%), indicando uma população com expressiva parcela de idosos ou forte dependência previdenciária. Este achado é consistente com observações em outras comunidades rurais onde benefícios sociais complementam ou constituem a principal renda familiar (Chagas *et al.*, 2023). Contudo, as atividades tradicionais também são fundamentais: agroextrativismo (25,5%) e extrativismo (10,9%) representam fontes primárias significativas. O serviço público contribui com 3,6%, e a categoria “Outros” (20%) engloba diversas ocupações (empregos formais,

serviços, ofícios técnicos) e benefícios sociais (Bolsa Família), refletindo múltiplas estratégias de sustento.

Complementando o quadro de renda, o extrativismo se destaca ainda mais como segunda fonte (41,8%), seguido por agroextrativismo (27,3%), que se confirma como atividade complementar assídua. O serviço público mantém participação modesta (3,6%). A categoria "Outros" (16,4%) continua a incluir atividades informais, empregos variados, benefícios assistenciais e ausência de segunda renda. Esses dados reforçam o perfil de uma comunidade que combina práticas tradicionais com múltiplas estratégias de complementação de renda. Essa diversificação é comum, mas muitas vezes associada à vulnerabilidade econômica, como discutido por Chagas *et al*. (2023), que identificaram limitações como dificuldade de acesso a crédito e precariedade no acompanhamento técnico em sua área de estudo. A necessidade de compreender essas dinâmicas socioeconômicas locais para formular políticas públicas eficazes é um ponto central em estudos sobre desenvolvimento rural (Pinheiro; Atroch, 2015).

Em suma, o perfil socioeconômico revela uma comunidade rural com distribuição de gênero equilibrada, forte estabilidade residencial e uma economia que mescla a dependência da previdência social com a resiliência de atividades tradicionais como o extrativismo e a agricultura familiar. No entanto, o baixo nível de escolaridade predominante emerge como um desafio significativo, potencialmente limitando o acesso a novas oportunidades e a participação em processos de desenvolvimento local, conforme sugerido pela literatura (Chagas *et al.*, 2023). A combinação de estratégias de renda indica tanto diversidade quanto vulnerabilidade, ressaltando a importância de políticas públicas contextualizadas que considerem as especificidades e os desafios enfrentados por essas comunidades (Pinheiro; Atroch, 2015).

5.2 Micros cadeias produtivas do agroextrativismo

A análise das micros cadeias produtivas do agroextrativismo na comunidade do Braço deve ser compreendida no contexto mais amplo da bioeconomia florestal brasileira. Segundo o Serviço Florestal Brasileiro (2022), no ano de 2020, estima-se que 1,9 bilhão de reais foram movimentados com a comercialização dos produtos não madeireiros da floresta no país. Além do aspecto econômico, as florestas e seus produtos "desempenham um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e para o desenvolvimento humano" (Serviço Florestal Brasileiro, 2022, p. 9). Essa dimensão é particularmente relevante para comunidades como a

do Braço, onde o agroextrativismo representa não apenas uma fonte de renda complementar, mas também um elemento central na segurança alimentar e na manutenção dos modos de vida tradicionais.

Nesse contexto, o agroextrativismo, o conceito de "micros cadeias produtivas" designa sistemas de produção e comercialização caracterizados por ciclos de desenvolvimento mais curtos e menor complexidade temporal e logística, quando comparados às cadeias de maior escala. Essa definição se alinha com as discussões sobre Cadeias Curtas de Abastecimento de Alimentos (Short Food Supply Chains – SFSCs), que, segundo Deverre e Lamine (2010, p. 61), "[...] são sistemas agroalimentares alternativos que incluem diferentes formas de distribuição, caracterizadas principalmente por poucos (ou nenhum) intermediários entre consumidores e produtores, ou por curtas distâncias geográficas entre eles". A ideia de "micros cadeias" no agroextrativismo local pode, portanto, ser entendida como uma manifestação dessas SFSCs, onde a proximidade e a simplicidade logística são fundamentais.

A prática agrícola mostra-se muito presente no cotidiano da comunidade estudada, uma vez que a grande maioria dos entrevistados (90,9%) afirmou que suas famílias se dedicam a alguma atividade agrícola. Apenas uma pequena parcela (9,1%) declarou não realizar tais atividades, evidenciando a relevância e a difusão dessa prática no contexto local. Essa alta prevalência da agricultura familiar é um traço comum em muitas regiões do Brasil, especialmente em contextos rurais e amazônicos, onde o agroextrativismo e a agricultura de subsistência, no qual são fundamentais na segurança alimentar e na geração de renda.

Essa tradição é reforçada pelo tempo de dedicação à agricultura: uma maioria expressiva (62%) dos participantes pratica atividades agrícolas há mais de 16 anos. Em contrapartida, um grupo menor (12%) iniciou essa prática entre um e três anos atrás, e apenas 6% começaram nos últimos 12 meses. Tal padrão sugere a consolidação e transmissão de um conhecimento agrícola ao longo do tempo, com um número reduzido de novos praticantes ingressando recentemente na atividade. A continuidade dessas práticas tradicionais é vital para a manutenção da agrobiodiversidade e do conhecimento local, aspectos valorizados em discussões sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia (Uma Concertação pela Amazônia, 2023). Ademais, para visualizar a complexa trama de atividades que marcam o ano na comunidade do Braço, foi elaborado um calendário sazonal (Quadro 2). Este calendário reúne as principais atividades produtivas e eventos socioculturais relevantes mencionados pelos participantes da oficina.

Quadro 2 - Calendário Sazonal das: Atividades Produtivas e Socioculturais.

	DADOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
PRODUÇÃO	Laranja	X											
	Mandioca	X					X	X					X
	Colheita da castanha	X	X	X	X	X							
	Feijão			X	X								
	Milho			X	X								
	Cupuaçu			X									
	Melancia			X									
	Pupunha				X								
	Açaí				X	X	X	X	X	X			
	Tempo de pesca									X	X	X	
EVENTOS SOCIOCULTURAIS	Ano novo	X											
	São Sebastião	X											
	Departamento da SOFAP	X											
	Dia das mulheres			X									
	Festival da castanha					X							
	Dia das mães					X							
	Festa do trabalhador					X							
	Festa junina						X						
	Dia dos pais								X				
	Ação da saúde										X		
	Dia das crianças										X		
	Aniversário da igreja										X		
	Outubro rosa										X		
	Novembro azul											X	
	Natal												X

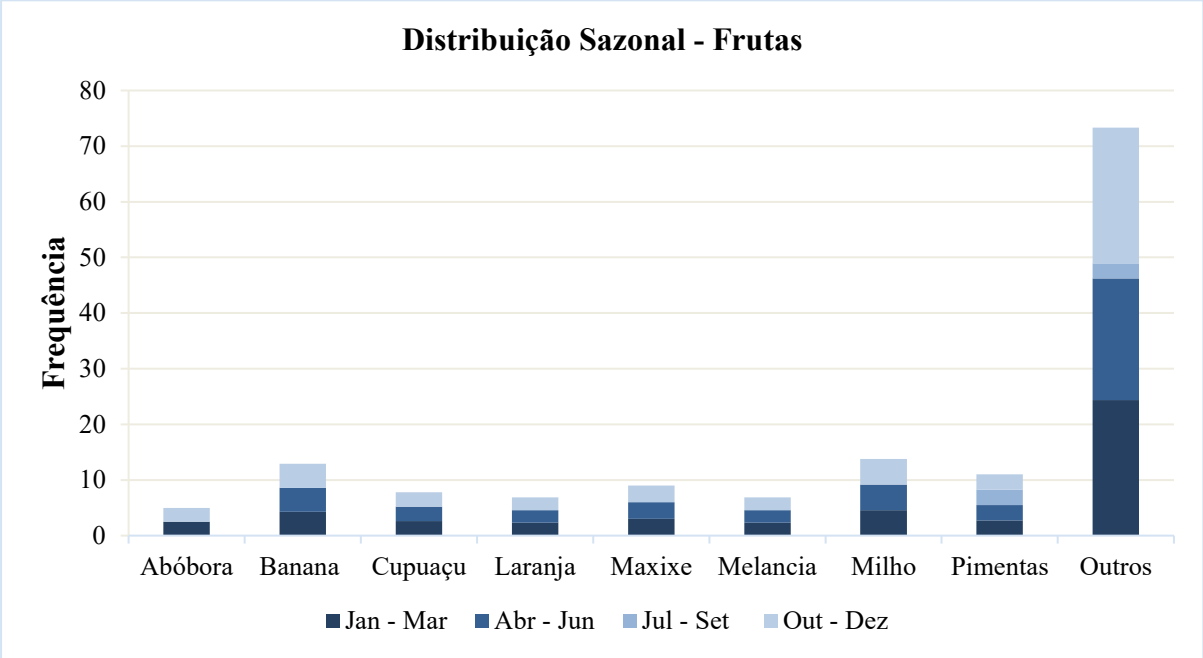
Fonte: elaborado pelos autores (2025)

O foco em “micros cadeias produtivas” e a longa tradição agrícola na comunidade podem ser vistos como ativos importantes. Conforme destacam Scarabelot e Schneider (2012), às cadeias produtivas curtas buscam a aproximação entre produtores e consumidores, permitindo um maior vínculo entre esses atores por meio da interatividade na construção mútua de relações de confiança. Essa confiança e o conhecimento sobre a origem dos produtos são elementos chave. Marsden, Banks e Bristow (2000, p. 425) argumentam que o crucial nas SFSCs é que “o produto chegue ao consumidor com informações [...] que permitem ao consumidor fazer conexões de confiança e associações com o lugar/espaço de produção e, potencialmente, com os valores das pessoas envolvidas e os métodos de produção utilizados”.

Os benefícios de tais sistemas para os produtores e para a comunidade local são significativos. Para os produtores, as cadeias curtas representam “uma oportunidade atrativa para diversificação da produção, captura de maior valor agregado e garantia de rendas mais estáveis” (CEPAL; FAO; IICA, 2014, p. 165). Para a comunidade, elas podem “reter o valor adicionado na região/território de produção, criar empregos [...] e tornar-se um importante vetor de crescimento” (CEPAL; FAO; IICA, 2014, p. 166). Brandenburg, Lamine e Darolt (2013, p. 10) complementam que as cadeias curtas permitem “melhor remuneração ao produtor, preços mais justos ao consumidor, aproveitamento da produção local, geração de empregos e dinamização da economia local”.

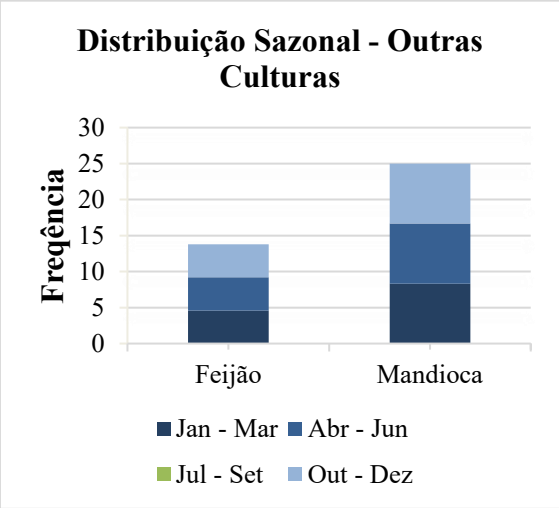
Considerando que o estudo detalhou o cultivo na comunidade, com as principais culturas mencionadas pelos comunitários, temos as frutas, como a abóbora, banana, cupuaçu, laranja, maxixe, melancia, milho, pimentas e outros, que são culturas menores que não foram tão mencionadas, como por exemplo: coco, abacaxi, goiaba e etc. (figura 2), verduras, as foram o cultivo de alface, cebolinha, chicória e couve (figura 3) e outros tipos de culturas (figura 3), a análise subsequente dos períodos de plantio poderá oferecer percepções adicionais sobre a dinâmica dessas micros cadeias e a adaptação das práticas agrícolas locais. O fortalecimento dessas cadeias produtivas curtas, como preconizado por iniciativas como a Concertação pela Amazônia (2023) que assegura a comercialização da produção da agricultura familiar e agroecológica, sendo essencial para o desenvolvimento sustentável e a valorização do agroextrativismo na região.

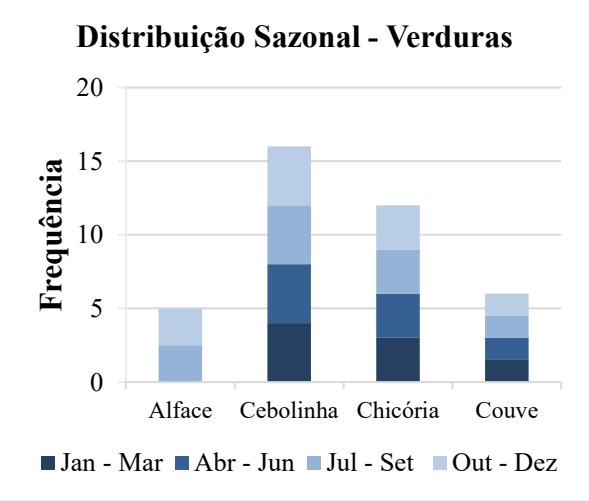
Figura 2 - Distribuição sazonal do cultivo de frutas por período



Fonte: elaborado pelos autores (2025)

Figura 3 - Distribuição sazonal do cultivo de verduras e outras culturas por período





Fonte: elaborado pelos autores (2025)

A análise das motivações para o início da produção agrícola na comunidade revela um panorama multifacetado, onde diferentes fatores se entrelaçam, refletindo tanto necessidades prementes quanto valores culturais.

5.3 Fatores determinantes para a adoção de práticas agrícolas

A predominância da necessidade econômica como principal impulsionador, indicada por 58,18% dos participantes, é um achado que ressoa com a literatura sobre agricultura familiar. Este dado sublinha que a agricultura é frequentemente encarada como uma alternativa prática para superar dificuldades financeiras, configurando-se como uma estratégia de sobrevivência. De fato, Ferreira, Peixoto e Santos (2023, p. 6) apontam que "muitos produtores rurais em situação de vulnerabilidade socioeconômica, se encontram na agricultura familiar para obter a subsistência da família e também para acessar políticas públicas e outros tipos de mercado, gerando trabalho e renda".

Paralelamente, a garantia da subsistência e o consumo próprio foram apontados como motivações relevantes por 27,27% dos entrevistados. Tal percentual reforça o papel fundamental da agricultura na provisão do alimento diário para as famílias, o que, por sua vez, reduz a dependência de mercados externos e contribui diretamente para a segurança alimentar local. Essa função é central na definição de Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), que explora fatores de produção "com a finalidade de atender à própria subsistência e à demanda da sociedade por alimentos" (Decreto nº 9.064/2017[2], *apud* Ferreira; Peixoto; Santos, 2023, p. 3). A agricultura familiar, nesse sentido, é "relevante devido à sua capacidade de garantir a segurança alimentar e nutricional das populações rurais" (Ferreira; Peixoto; Santos, 2023, p. 6).

A tradição familiar, mencionada por 16,36% dos agricultores, também se destaca como um fator significativo. Este aspecto evidencia a transmissão intergeracional de práticas e saberes agrícolas, demonstrando o profundo enraizamento cultural da atividade no modo de vida da comunidade. Ferreira, Peixoto e Santos (2023) destacam que a agricultura familiar tem a capacidade de preservar a biodiversidade e manter as tradições culturais, constituindo-se como um modo de vida. Historicamente, a agricultura familiar "se justifica nas relações socioeconômicas e culturais locais e específicas, nas quais as famílias exercem um papel central na gestão do trabalho e na tomada de decisões" (Ferreira; Peixoto; Santos, 2023, p. 3).

Fatores como a preferência pessoal (5,45%) e a percepção de oportunidades externas – como incentivos de empresas ou demandas de mercado (5,45%) – foram citados em menor

[2] O decreto nº 9.064/2017, dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, regulamentando a Lei nº 11.326/2006, que estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e dos empreendimentos familiares rurais, incluindo o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar.

proporção, mas sinalizam a existência de escolhas individuais e de uma visão empreendedora no engajamento com a produção agrícola. Embora menos prevalentes, esses aspectos indicam uma diversidade de perspectivas dentro da comunidade, onde a agricultura pode também ser vista como um campo de realização pessoal ou uma resposta a estímulos externos.

Por fim, aproximadamente 9,09% dos entrevistados indicaram que a pergunta “não se aplica” ou “forneceram respostas não categorizadas”. Essa parcela pode incluir indivíduos com menor envolvimento direto ou recente com a atividade, ou cujas motivações não se enquadram claramente nas categorias predominantes, sugerindo a necessidade de maior detalhamento em futuras abordagens para capturar a totalidade das nuances envolvidas.

Em síntese, as motivações para a prática agrícola na comunidade estudada são complexas e interligadas, com um forte componente de necessidade econômica e subsistência, mas também com um importante alicerce na tradição cultural e familiar. Esses achados corroboram a visão da agricultura familiar como uma atividade multifuncional, crucial para a “segurança alimentar, o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão social” (Ferreira; Peixoto; Santos, 2023, p. 6). A compreensão dessas diversas motivações é fundamental para o desenvolvimento de políticas e estratégias de apoio que sejam eficazes e sensíveis às realidades locais, reconhecendo tanto os desafios enfrentados pelos agricultores quanto o valor intrínseco de suas práticas.

5.4 Formas de produção e comercialização

A análise das formas de produção e comercialização na comunidade revela dinâmicas complexas, marcadas tanto pela busca por renda quanto pela necessidade de subsistência, além de refletir sobre os desafios no escoamento da produção. Os dados indicam que a maioria dos entrevistados (65,45%) comercializa os produtos coletados, evidenciando a comercialização como uma prática econômica central nas atividades agrícolas e extrativistas. Este achado é consistente com a observação de que, embora a agricultura familiar possa ter uma lógica voltada inicialmente para “atender as demandas da própria família” (Ramírez; Sousa; López, 2018, p. 124), a venda de excedentes é uma prática comum e necessária. Em contrapartida, 25,45% dos participantes destinam a produção exclusivamente ao consumo próprio, o que reforça o papel da agricultura na “segurança e soberania alimentar” das famílias (Ramírez; Sousa; López, 2018, p. 127), uma característica fundamental da agricultura familiar amazônica que busca "garantir

a produção para o autoconsumo e, posteriormente, vender os excedentes" (Ramírez; Sousa; López, 2018, p. 126).

No que tange à organização do trabalho, observa-se que 52,73% dos participantes realizam suas atividades agrícolas de maneira individual, indicando uma forte tendência ao trabalho independente. Contudo, uma parcela significativa (38,18%) pratica as atividades de forma coletiva, geralmente envolvendo familiares. Esta dimensão colaborativa pode estar relacionada tanto à tradição familiar, um pilar da agricultura familiar, quanto à necessidade de apoio mútuo para otimizar os processos produtivos e de comercialização. A literatura aponta que “as associações e cooperativas” são “agentes indispensáveis” na integração da agricultura familiar ao mercado, atuando como “fomentadoras do desenvolvimento econômico através da mediação e articulação” (Ramírez; Sousa; López, 2018, p. 124 - 125). Embora o trabalho familiar seja intrínseco, a organização em estruturas formais como cooperativas pode potencializar o acesso a mercados e a negociação de preços.

A principal via de comercialização identificada, o recurso a atravessadores (50,9%), revela uma dependência considerável de intermediários. Este cenário é comum em muitas comunidades rurais e pode estar associado à falta de canais próprios de venda, barreiras para inserção em mercados convencionais e carência de articulação entre os produtores. (Ramírez; Sousa; López, 2018). A venda através de intermediários, ou “canais longos de comercialização”, embora possa reduzir custos de transporte para o agricultor, frequentemente resulta na “imposição do preço por parte de quem compra, sendo em alguns casos, preços baixos em relação aos custos de produção” (Ramírez; Sousa; López, 2018, p. 128). Meneghetti e Souza (2015, p. 40) descrevem uma realidade similar na Amazônia, onde agricultores “vendem para marreteiros, compradores que vão buscar os produtos nas comunidades ou nas barrancas dos rios e pagam o preço que querem”.

A venda direta no mercado local, incluindo feiras e cidades próximas, praticada por 20% dos entrevistados, representa um canal curto de comercialização. Estes canais, apesar de poderem implicar em custos de transporte, oferecem vantagens como “a ligação entre produtores e consumidores, assim como novas relações entre produção e consumo, buscando o comércio justo” e promovendo “a horizontalidade, a confiança, o conhecimento, a informação e a proximidade” (Ramírez; Sousa; López, 2018, p. 128). A existência, ainda que limitada, dessa modalidade de venda direta sugere um potencial para o fortalecimento da autonomia comercial dos produtores.

As formas alternativas e mais restritas de escoamento, como vendas sob encomenda (1,8%), e a parcela que não comercializa (25,5%), reforçam o espectro de estratégias adotadas, desde a inserção marginal no mercado até o foco total na subsistência. A compreensão dessas diversas formas de produção e comercialização é crucial para o desenvolvimento de políticas e iniciativas que apoiem a agricultura familiar, buscando reduzir a dependência de intermediários e fortalecer canais de venda mais justos e diretos, como feiras e organizações coletivas.

5.5 Renda gerada e impacto econômico

A análise dos resultados sobre a agricultura familiar em uma localidade específica revela desafios persistentes e alinhados com um corpo de pesquisa consolidado no Brasil. A expressiva baixa adesão a cooperativas (9,09 %) indica um isolamento produtivo que pode limitar o acesso a mercados, assistência técnica e poder de barganha, uma marginalização histórica já apontada por Junqueira e Lima (2008) como consequência do foco das políticas agrícolas nas grandes propriedades. Junqueira e Lima (2008) observam que, embora o cooperativismo no Sul do Brasil possa impulsionar a produtividade, a ausência de participação pode derivar de limitações de acesso ou de uma cultura de autonomia. Delgado e Bergamasco (2017), compilando estudos anteriores a 2014, reforçam que a heterogeneidade da agricultura familiar e a efetividade variável das políticas de incentivo influenciam essa organização coletiva, sendo este um desafio histórico para o fortalecimento do setor.

A variabilidade da renda agrícola, frequentemente modesta e com uma parcela significativa de agricultores (43,6%) sem clareza sobre os ganhos ou não diretamente envolvida na comercialização, corrobora a complexidade da agricultura familiar como principal fonte de sustento. Conforme observado nas entrevistas realizadas para este estudo, a maioria declarou rendimentos mensais da atividade agrícola abaixo de R$1.000. Este cenário de baixa renda monetária proveniente da agricultura é consistente com análises recentes que apontam para uma parcela crescente de famílias rurais dedicadas principalmente à produção para autoconsumo, com eventual venda de excedentes (Nascimento; Aquino; Delgrossi, 2021). A dificuldade em gerar renda exclusivamente da terra leva muitas famílias a diversificarem suas fontes de rendimento através da pluriatividade, buscando atividades não-agrícolas para complementar o orçamento familiar, uma estratégia de sobrevivência essencial, mas que, contraditoriamente

pode até mesmo descaracterizá-las como "agricultura familiar" sob os critérios legais atuais que limitam a participação da renda não-agrícola (Nascimento; Aquino; Delgrossi, 2021).

A existência de um grupo menor com rendimentos agrícolas mais elevados, identificada também neste estudo, sugere maior organização e acesso a mercados, conforme discutido por Delgado e Bergamasco (2017) sobre a importância dos circuitos de comercialização. Adicionalmente, a marcada sazonalidade na geração de renda, observada nas entrevistas com concentração principal de janeiro a março, impõe desafios significativos à gestão financeira familiar ao longo do ano, refletindo a intrínseca dependência dos ciclos naturais e das culturas específicas exploradas. Estes obstáculos – baixa organização coletiva, renda agrícola frequentemente insuficiente complementada por outras fontes ou focada no autoconsumo, e forte sazonalidade – demandam políticas públicas eficazes e adaptadas. Tais políticas devem fortalecer o cooperativismo, melhorar o acesso a mercados justos e crédito, e desenvolver estratégias para a sustentabilidade econômica dos agricultores familiares, reconhecendo a diversidade de suas estratégias de reprodução, incluindo o autoconsumo e a pluriatividade, como ressaltado por Nascimento, Aquino e Delgrossi (2021) e Delgado e Bergamasco (2017).

5.6 Obstáculos identificados

Os desafios multifacetados enfrentados pelos produtores agrícolas na comunidade, que englobam desde o controle de pragas e doenças e a complexa manutenção das áreas de cultivo, até os entraves relacionados ao transporte, logística, saúde dos agricultores e a percebida ausência de apoio governamental, encontram eco em estudos sobre a agricultura familiar no Brasil. A dificuldade em manter a sanidade das culturas e o manejo adequado das terras, como a necessidade de limpezas constantes e os problemas com irrigação, conecta-se frequentemente com o que Neves *et al*. (2021, p. 438), em estudo identificou como fatores limitantes: o “baixo nível de instrução e escolaridade que, aliados à falta de políticas de assistência técnica e crédito rural foram citados como os principais fatores limitantes à otimização do cultivo [...], sobretudo quanto ao uso de tecnologias e agroquímicos, além da deficiência em infraestrutura”. Essa carência de suporte técnico e acesso a tecnologias adequadas agrava a vulnerabilidade dos produtores diante de problemas fitossanitários e dificuldades no manejo produtivo.

Ademais, as barreiras logísticas, como a dificuldade no transporte de insumos e no escoamento da produção devido à distância e à inadequação da infraestrutura viária, são cruciais

e corroboram a carência de infraestrutura apontada por Neves *et al*. (2021). Tais entraves restringem o acesso a mercados e comprometem a rentabilidade da produção. Somam-se a isso as questões de saúde dos agricultores mais velhos, que limitam o desempenho físico, e a crítica à falta de apoio técnico e governamental, incluindo a ausência de subsídios e assistência. Essa conjuntura sublinha a conclusão de Neves *et al*. (2021, p. 438) sobre a "deficiência na agricultura familiar [...] principalmente quanto a políticas públicas". Fica evidente, portanto, a necessidade de políticas públicas mais efetivas e abrangentes que contemplem assistência técnica qualificada, melhorias na infraestrutura rural, acesso facilitado a crédito e tecnologias, e um olhar atento às condições de saúde e bem-estar dos agricultores, para que a atividade agrícola na comunidade possa se desenvolver de forma sustentável e resiliente.

5.7 Propostas para aprimoramento

A análise das percepções da comunidade sobre as melhorias necessárias para o fortalecimento da atividade agroextrativista revela um panorama complexo e multifacetado, onde a demanda por apoio governamental, a organização coletiva, a superação de questões infraestruturais e a necessidade de assistência técnica emergem como eixos centrais e interdependentes. Estes resultados encontram forte ressonância na literatura científica, que consistentemente aponta para a relevância crucial desses fatores no desenvolvimento sustentável e na autonomia de comunidades rurais e extrativistas.

Nesse contexto, uma parcela significativa dos participantes (23,6%) destacou a imprescindibilidade do apoio governamental. Essa percepção alinha-se com estudos que evidenciam o papel crucial do poder público no fomento ao agroextrativismo, não apenas através da formulação de políticas de incentivo direto, mas também pela oferta de suporte técnico e financeiro robusto, e pela garantia de uma presença institucional ativa que assegure o acesso a direitos e recursos essenciais. Albuquerque *et al*. (2025) ressaltam que as políticas públicas são instrumentos fundamentais para solucionar problemas sociais estruturais e que, no contexto agroextrativista, devem ser desenhadas com o objetivo de melhorar as condições de vida e promover a sustentabilidade ambiental e econômica. As sugestões específicas da comunidade, tais como o incentivo direto ao plantio, a distribuição de insumos de qualidade e o suporte com maquinário agrícola moderno, refletem necessidades que, se adequadamente atendidas, possuem o potencial de impulsionar significativamente a produção e fortalecer a

autonomia local. A intervenção estatal, conforme apontado por esses autores, é vital para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e o bem-estar das populações tradicionais, especialmente através da implementação e acompanhamento de políticas específicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Albuquerque *et al*., 2025).

Paralelamente à necessidade de suporte externo, e como complemento fundamental a este, a organização interna da comunidade, por meio da criação e fortalecimento de cooperativas, foi indicada por 21,8% dos entrevistados como uma estratégia importante e promotora de resiliência. Esta visão encontra um eco na literatura especializada sobre desenvolvimento regional e economia solidária, que ressalta o vasto potencial das organizações coletivas para ampliar o poder de negociação dos produtores frente ao mercado, facilitar o acesso a novos e mais justos mercados, otimizar a gestão da produção de forma integrada e promover a coesão social e o capital social dentro da comunidade. A experiência bem-sucedida de diversas comunidades agroextrativistas no Brasil e em outros contextos demonstra que a organização em cooperativas ou associações não apenas melhora as condições de comercialização e agregação de valor, mas também fortalece a capacidade de reivindicação política e de enfrentamento de desafios comuns, como a gestão territorial participativa e o acesso qualificado a políticas públicas.

Contudo, mesmo com a perspectiva de um apoio governamental mais efetivo e de uma organização comunitária fortalecida, os desafios infra estruturais persistem como um obstáculo considerável e, por vezes, intransponível, conforme apontado por 18,1% dos participantes. A carência de infraestrutura adequada, especialmente no que tange a estradas, transporte eficiente e seguro para o escoamento da produção, e unidades de armazenamento e beneficiamento primário, impõe sérias limitações ao desenvolvimento da atividade. As deficiências crônicas nesses setores não apenas dificultam e encarecem o escoamento da produção, elevando custos operacionais e perdas pós-colheita, mas também comprometem a qualidade final dos produtos e restringem severamente o acesso a mercados mais amplos e rentáveis, impactando diretamente o potencial de geração de renda e a viabilidade econômica dos empreendimentos agroextrativistas.

Somando esses fatores, a necessidade de apoio técnico qualificado e continuado foi manifestada por 10,9% dos entrevistados, que anseiam por capacitação técnica, orientação especializada sobre boas práticas agrícolas e extrativistas, e acesso facilitado a informações

atualizadas que possam otimizar seus sistemas produtivos e de gestão. O suporte técnico, formalizado através da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), é reconhecidamente vital para aprimorar o manejo sustentável das culturas e dos recursos naturais, implementar práticas eficazes de controle de pragas e doenças com menor impacto ambiental, e fomentar a adoção de técnicas de produção mais sustentáveis, resilientes às mudanças climáticas e adaptadas às realidades locais, contribuindo decisivamente para a segurança alimentar, a soberania produtiva e a geração de renda (Albuquerque *et al*., 2025). Em menor escala, mas ainda indicando uma demanda importante, a procura por insumos e equipamentos (3,6%) sinaliza um desejo por modernização tecnológica e aumento da eficiência produtiva, o que também requer orientação técnica para sua correta utilização e manutenção.

Finalmente, é particularmente relevante notar que 9% das respostas indicaram desconhecimento ou incerteza sobre as melhorias necessárias para o setor. Este dado, embora minoritário, sugere a existência de uma parcela da comunidade que pode se beneficiar imensamente de processos formativos participativos, de maior intercâmbio de conhecimentos e de um engajamento mais profundo em discussões estratégicas sobre o futuro da atividade agroextrativista em seu território.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou seu objetivo principal ao desvendar as complexas dinâmicas que regem essas cadeias, desde o perfil socioeconômico dos produtores até as formas de produção e comercialização. Evidenciou-se um cenário onde a tradição agrícola e extrativista se mescla com desafios significativos, como a baixa escolaridade, a dependência de intermediários e a carência de infraestrutura adequada, elementos que conjuntamente delineiam as perspectivas de desenvolvimento sustentável para a comunidade.

Nesse contexto, destacam-se as micros cadeias produtivas, constituídas por pequenos circuitos de produção, beneficiamento e comercialização em escala local. Essas estruturas produtivas apresentam potencial significativo para dinamizar as economias comunitárias. No entanto, enfrentam inúmeros desafios, como a ausência de políticas públicas específicas, dificuldades de acesso aos mercados e limitações na organização e gestão coletiva dos produtores.

Os resultados revelaram que, apesar da forte resiliência e do conhecimento tradicional empregado pelos agricultores e extrativistas, as micros cadeias locais operam sob considerável vulnerabilidade. A subsistência, embora complementada por benefícios previdenciários, ainda se apoia fortemente nas atividades agroextrativistas, que, por sua vez, são impactadas pela dificuldade de acesso a mercados justos e pela limitada organização coletiva. A predominância da comercialização via atravessadores e a incipiente participação em cooperativas emergem como gargalos cruciais, limitando o potencial de agregação de valor e a melhoria da renda familiar.

O estudo oferece um diagnóstico que pode embasar a formulação de políticas públicas mais eficazes e contextualizadas, direcionadas ao fortalecimento dessas cadeias produtivas e à promoção da segurança alimentar e da autonomia das comunidades locais. A pesquisa comprova que a hipótese de que o desenvolvimento local sustentável nessas regiões depende da superação de desafios estruturais e do fomento a práticas organizacionais mais específicas.

Em suma, o fortalecimento das micros cadeias produtivas do agroextrativismo na comunidade do Braço, e em realidades similares, demanda uma abordagem integrada e versátil. É necessário o fomento ao apoio governamental efetivo, com políticas de incentivo direto, acesso facilitado a insumos de qualidade e maquinário, e, de forma crucial, a oferta de assistência técnica e extensão rural (ATER) qualificada e continuada. Paralelamente, o estímulo à organização coletiva, por meio da criação e fortalecimento de cooperativas e associações, juntamente com investimentos urgentes em infraestrutura básica e programas de capacitação, são passos fundamentais para transformar o potencial do agroextrativismo em desenvolvimento socioeconômico sustentável e em uma melhoria da qualidade de vida para as famílias do Vale do Jari.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter. **Sociedades caboclas amazônicas:** modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

AFONSO, Sandra Regina. **A política pública de incentivo à estruturação da cadeia produtiva do pequi (Caryocar brasiliense)**. 2012. XIV, 162 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ALBUQUERQUE, Rocheliel Paulino de; DORION, Eric Charles Henri; BATTISTELLA, Luciana Flores; SOUZA, Mariluce Paes de; SILVA, Jean Marcos da. Efeitos das Políticas Públicas para os Produtores Agroextrativistas no Estado de Rondônia-Amazônia-Brasil. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**. Viçosa, MG, v. 36, n. 2, p. 01-25, 2025. DOI: https://doi.org/10.31423/oikos.v35i1.16616. Disponível em: https://periodicos.uf v.br/oikos/a rticle/down load/16616/11198/94551. Acesso em: 25 abr. 2025.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Relatório de Qualidade do Meio Ambiente – RQMA**. Macapá: SEMA, 2023. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arq uivosportais/publicacoes/SEMA_2bfcdd7b465c32054cf6822f3bd41101.pdf. Acesso em: 21 abr. 2025.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio**.** Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no PRONAF: do otimismo das linhas de crédito rural verde ao sonho frustrado do I PLANAPO. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 163-189, 2021.

ARAÚJO, Emanuelle. O.; FERREIRA, Gabrielly S.; FONSECA, Francine AS da; MARTINS, Ernane R. Bioprospecção de óleos essenciais com potencial para formulações farmacêuticas. **Química Nova**, v. 48, n. 5, p. e–20250114, 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2020, 229 p.

BATALHA, Mário Otávio; SILVA, Andrea Lago da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. *In*: BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1-62.

BERKES, Fikret. **Sacred Ecology**. 3rd ed. Routledge, 2012.

BISPO, Tayline Walverde; DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá. Agroextrativismo no Vale do rio Urucuia-MG: uma análise sobre pluriatividade e multifuncionalidade no Cerrado. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 37-55, set./dez. 2014.

BRANDENBURG, Alfio; LAMINE, Claire.; DAROLT, Moacir. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, n. 2, p. 382-407, out. 2013.

BRASIL**.** Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 25 out. 2025.

CHAGAS, Erika da Silva; SANTOS, Marco Antônio Souza dos; MELLO, Andréa Hentz de; COSTA, Deborah Luciany Pires; LOPES, Maria Lúcia Bahia. Caracterização socioeconômica de produtores rurais do município de Canaã dos Carajás, Estado do Pará. **Revista Orbis Latina**, v. 14, n. 3, p. 23-39, 2024. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/4407. Acesso em: 20 abr. 2025. DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.12601783

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO); Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas:** una mirada hacia América Latina y el Caribe: 2014. San José, CR: CEPAL; FAO; IICA, 2013. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstrea ms/0879e5ac-b0ee-4c5a-bedf-4072604b4716/content. Acesso em: 20 abr. 2025.

CRUZ, Nayara Barbosa; JESUS, Josimar Gonçalves de; BACHA, Carlos José Caetano; COSTA, Edward Martins. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, p. 1-20, 2021.

DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira:** desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGROSSI, Mauro Eduardo; VIEIRA, Ludgero Cardoso Galli; AVILA, Mário Lúcio de; PERAFÁN, Mireya Valencia; FILHO, Reinaldo José de Miranda. O impacto da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares pobres: o caso do Programa Dom Hélder Câmara II. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 2, e271282, 2024.

DENNY, Danielle Mendes Thame; MARTINS, Michelle Márcia Viana; BURNQUIST, Heloisa Lee. Amazônia, do extrativismo e ilegalidades à bioeconomia circular**. Revista Tempo do Mundo**, n. 27, p. 127-164, 18 mar. 2022.

DEVERRE, Christian; LAMINE, Claire. Les systèmes agroalimentaires alternatifs: Une revue de travaux anglophones en sciences sociales. **Économie rurale**, n. 317, p. 57-73, mai./jun. 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 198 p.

FAO, Food and Agriculture Organization. **Value Chain Analysis for Policy Making**. 2017.

FERREIRA, Byanca dos Prazeres; PEIXOTO, Bruna Izabella Ferreira; SANTOS, Luana Ferreira dos. Agricultura familiar no Brasil: contexto histórico, políticas públicas e

capacidades estatais. *In*: Seminários em Administração, 26., 2023, **[Anais eletrônicos]**. São Paulo: SEMEAD, 2023.

FROEHLICH, Anderson Gheller; DALFOVO, Wylmor Constantino Tives; CARVALHO, Daniela da Silva. A certificação da produção orgânica na agricultura familiar brasileira: uma análise econômica e mercadológica além do Propensity Score Matching. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 6959–6982, 2023.

GOMES SOBRINHO, Themístocles Rafael; QUINTAIROS, Marcos Vinícius Rodrigues; GOMES, Rita de Cássia Azevedo da Silva Raphael; SANTANA, Eliane de Jesus Miranda. Classificação climática conforme a metodologia Köppen do município de Laranjal do Jari/Amapá/Brasil. *In*: Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, 7., Palmas, TO. **Anais** [...]. Palmas: IFTO, 2012.

GUSMÃO, Yara Pinto. **A atuação da agricultura familiar na feira agroecológica do bairro Jaraguá:** uma análise sob a perspectiva da economia dos circuitos. 2019. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30169/1/YARA%20PINT O%20G USM%C3%83O%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%202019.pdf. Acesso em: 08 abr. 2025.

IDESAM, Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. **Caminhos para o fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica:** melhores práticas nos elos das cadeias produtivas da castanha-do-brasil e do cacau. Manaus: IDESAM, 2024. 105 p.

JOHNSON, Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony; TURNER, Lisa. Rumo a uma definição de pesquisa de métodos mistos. **Revista de pesquisa de métodos mistos**, v. 2, p. 112-133, 2007.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

LOPES, Indaia Dias; BASSO, David; BRUM, Argemiro Luís. Cadeias agroalimentares curtas e o mercado de alimentação escolar na rede municipal de Ijuí, RS. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, n. 2, p. 543–557, abr. 2019.

MARIOSA, Pedro Henrique; Pereira, Henrique dos Santos; KLUCZKOVSKI, Ariane Mendoça; VINHOTE, Luana Araújo. Cooperativas agroindustriais da cadeia de valor da castanha-do-brasil: um novo paradigma extrativista na Amazônia. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, p. e277617, 2024.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: Exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, n. 4, p. 424-438, out. 2000.

MENEGHETTI, Gilmar Antônio; SOUZA, Síglia Regina. A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. **Revista terceira margem Amazônia**. v. 1, n. 5. São Paulo: Outras expressões, 2015. Disponível em: https://www.alice.cnptia. embrapa.br/alice/bitstream/doc/1033378/1/542121PB.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

NASCIMENTO, Carlos Alves do; AQUINO, Joacir de Aquino; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, e240128, 2022 [Publicado online em 2021]. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128. Acesso em: 25 abr. 2025.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 17, n. 25, pp. 1474-161, jul-dez, 2014.

NEPSTAD, Daniel; MCGRATH, David; STICKLER, Claudia; ALENCAR, Ane; AZEVEDO, Andrea; SWETTE, Briana; BEZERRA, Tathiana; DIGIANO, Maria; SHIMADA, João; MOTTA, Ronaldo Seroa da; ARMIJO, Eric; CASTELLO, Leandro; BRANDO, Paulo; HANSEN, Matt C.; MCGRATH-HORN, Max; CARVALHO, Oswaldo; HESS, Laura. Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. **Science**, v. 344, p. 1118-1123, 2014.

NEVES, Jucimar Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; SEABRA JÚNIOR, Santino; SCHEUER, Junior Miranda; BOTTI, Nicoly Seabra. Milho verde na agricultura familiar em Cáceres-MT: desafios e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 3, p. 438-451, set./dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.54399/rbgdr.v17i3.4909

PERIN, Gabriela; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro Souzade; SPÍNOLA, Paulo Asafe Campos; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 9-40, 2022.

PINHEIRO, José Olenilson Costa; ATROCH, **André Luiz. Diagnóstico Socioeconômico e Prospecção de Produtores com Potencial para Produção de Guaraná no Município de Itacoatiara, AM: Relatório Técnico.** Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2015. 60 p. (Embrapa Amazônia Ocidental. Documentos, 118). Disponível em: https://www.infoteca. cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1037887/1/Doc118.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

PIRAUX, Marc; CANIELLO, Márcio. Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 359–379, 2019. DOI: 10.37370/raizes.2019.v39.115. Disponível em: https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/115. Acesso em: 21 mai. 2025.

PORRO, Roberto. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, p. 169–188, jan. 2019.

PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva:** criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1985.

RAMÍREZ, Ivonne Maritza Buenaventura; SOUSA, Romier da Paixão; LÓPEZ, José Daniel Gómez. Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará, na Amazônia paraense-Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 34, p. 123-143, 2018.

RUEDA, Rafael Pinzón. Evolução histórica do extrativismo. *In*: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. (Ed.). **Reservas extrativistas**. Brasília: CNPT/IBAMA, 1995.

SACHS, Jeffrey D. **The Age of Sustainable Development**. Columbia University Press, 2015.

SAKAMOTO, Camila Strobl; NASCIMENTO, Carlos Alves; MAIA, Alexandre Gori. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 54, n. 03, p. 561-582, Jul/Set 2016.

SCARABELOT, Maristela; SCHNEIDER, Sérgio. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local – um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v. 14, n. 19, p. 101-130, jan./jun. 2012. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/8028/8030. Acesso em: 23 abr. 2025.

SCHMITZ, Hubert. Collective efficiency: Growth path for small-scale industry. **The Journal of Development Studies**,v. 31, n. 4, p. 529–566, 1995.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Bioeconomia da floresta:** a conjuntura da produção florestal não madeireira no Brasil. 2. ed. Brasília: MAPA/SFB, 2022.

SILVA, Altieres Frances; MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. Fatores Associados à Adoção de Práticas de Gestão Financeira por Produtores Rurais do Triângulo Mineiro. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 14, n. 3, 2020.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933–945, out. 2010.

TRICHES, Rozane Marcia; SILVESTRI, Fernanda. Adequação das Chamadas Públicas para Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. **Desenvolvimento em Questão**, [S.l.], v. 16, n. 44, p. 233-259, ago. 2018.

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA. **Propostas para as Amazônias:** um olhar integrado para a agenda de desenvolvimento. São Paulo: Uma Concertação pela Amazônia, 2023. Disponível em: https://concertacaoamazonia.com.br/. Acesso em: 24 abr. 2025.

WADT, Lúcia Helena de Oliveira; MAROCCOLO, Julianna Fernandes; GUEDES, Marcelino Carneiro; SILVA, Kátia Emídio da. **Castanha-da-amazônia estudos sobre a espécie e sua cadeia de valor:** aspectos sociais, econômicos e organizacionais. Brasília, DF: Embrapa, 2023

WESZ JUNIOR, Valdemar João; BENAVIDES, Cuéllar Juanita; KATO, Karina Yoshie Martins. Agronegócio, infraestrutura logística e dinâmicas fundiárias na Amazônia. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 32, n. 2, jul-dez, 2024.